

Feministas divergem sobre idade mínima igual para aposentadoria de homens e mulheres

Maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e baixa cobertura de escolas em tempo integral

A intenção do governo de igualar a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres está provocando debate entre feministas de diversos ramos acadêmicos. A maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e pela baixa cobertura de creches e escolas em tempo integral. Mas há quem defenda que a igualdade é bem-vinda, diante da vida sete anos mais longa da mulher e para não reforçar o papel tradicional feminino. Para se chegar à igualdade, no entanto, defendem que é necessário um tempo de transição.

[\(O Globo, 21/02/2017 - acesse em pdf\)](#)

A proposta do governo que está tramitando no Congresso prevê 65 anos de idade para se aposentar. Atualmente, as mulheres podem requerer o benefício a partir de 60 anos e os homens, 65 anos.



Professora Hildete Pereira de Melo.
Faculdade de Economia Campus de
Gragoata (Foto: Luiz Morier / Agência O

Globo)

A economista e professora da UFF, estudiosa das questões de gênero, Hildete Pereira de Melo é categórica na sua defesa da aposentadoria mais cedo para as mulheres:

— Nos países em que há igualdade, há também políticas compensatórias para as mulheres. Há que ter uma compensação para o trabalho reprodutivo.

No Brasil, as creches, públicas e privadas, atendiam a 24,6% das crianças de 0 a 3 anos em 2014. Só 9% dos estudantes estão na escola em tempo integral.

A socióloga Clara Araújo, da UFRJ, defende a igualdade, mas está contra a reforma do jeito que está posta na mesa. Ela defende um período de transição, inclusive para os homens.

— Dedicar mais tempo ao trabalho doméstico e interromper a carreira para atender à família prejudicam efetivamente a aposentadoria. Mas a forma de enfrentar o problema não é reforçando essa visão essencialmente paternalista e que estimula os papéis sexuais. A esta altura, no Século XXI, não há como defender essa diferença. E mundo caminha para igualdade.

Em 14 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 países desenvolvidos, a idade para se aposentar é a mesma para homens e mulheres.



Lena Lavinás, professora da UFRJ

A economista Lena Lavinás, professora da UFRJ e atualmente no Institute for Advanced Study de Berlim, é contra a mesma idade mínima. Diz que a reforma subverte os princípios da Previdência brasileira:

— Nosso sistema é de repartição. Os jovens pagam para os idosos e os homens para as mulheres, já que elas trabalham mais e ganham menos. Há um efeito redistributivo na previdência. É a característica intrínseca do sistema de repartição. As mulheres não têm que pagar por mais tempo. O ideal é que mais mulheres contribuam. Se desincentivar a contribuição, todos sairão perdendo.

As mulheres ganhavam 76% do salário do homens em 2015. Em 2004, era 70%.

A carga do trabalho reprodutivo nas mãos das mulheres é outro argumento das feministas que defendem que haja compensação na hora de se aposentar. Hoje, a jornada total (trabalho fora e em casa) da mulher ultrapassa em cinco horas à do homem. É nesse ponto que a socióloga Maria Betânia Ávila, pesquisadora do Instituto Feminista para Democracia SOS Corpo, do Recife:

— A mulher tem uma intensidade de trabalho bem maior. É um trabalho contínuo. Começa a trabalhar em casa, vai para o trabalho remunerado, depois volta para o trabalho doméstico. Sobra pouco tempo para a carreiras mais permanentes e até para representação política. A mulher trabalha até no lazer. Cuida do filho na praia, na festa.

Maria Betânia diz que a comparação com os países da OCDE não é a ideal.

_ Nesses países, a escola é em tempo integral e há acesso à creche. Tem que ver a realidade social de cada país. Os países do Sul têm trabalho tão precário quanto o nosso.



Bila Sorj, professora da UFRJ, dá entrevista sobre a pesquisa ‘Trabalhadoras Brasileiras: Trabalho remunerado e cuidados com a casa - uma tensão permanente’ (Foto: Marcelo Camargo / ABr)

Bila Sorj, socióloga e professora da UFRJ, já defende a igualdade, com ressalvas, como um período de transição de dez anos.

— Sou a favor da igualdade de gênero, portanto tem que ser consistente com modelo de previdência que proponha a igualdade na idade de aposentadoria. É importante a equalização da mulheres e homens. Como a mulher trabalha mais horas, o ideal é que fosse implantada ao longo de dez anos, para dar tempo que as políticas públicas para atenuar o trabalho reprodutivo fossem implantadas também, com aumentar a licença-paternidade para ter divisão

melhor do trabalho doméstico e mais creches.

Para Marta Castilho, coordenadora da Pós-Graduação em Economia da UFRJ, as mulheres são sub-representadas nos estratos mais elevados do mercado de trabalho:

— Isso mostra que a mulher não está competindo em pé de igualdade. Se não é igual de um lado, por que vai ser pelo outro? A sociedade não avança no primeiro ponto e só sobra a penalização para as mulheres.

Marta afirma que a previdência não pode ser olhada somente pelo lado fiscal.

— É um equívoco. A Previdência foi responsável pela queda na pobreza no campo.

A diretora da Academia Brasileira de Ciência e professora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Márcia Barbosa, lembra que o Brasil não caminha para igualdade na divisão sexual do trabalho doméstico. Nos últimos dez anos, os homens gastam as mesmas dez horas semanais com a casa, enquanto as mulheres dedicam o dobro.

— Se estivéssemos num mundo ideal de justa distribuição do trabalho, poderia ter as mesmas regras da aposentadoria. Além disso, a discussão de gênero não existe nas escolas. Os meninos não aprendem a cozinhar, costurar, cuidar de crianças.

Márcia lembra que também cabe à mulher o cuidado dos idosos e dos doentes:

— O fim da vida do trabalhador recai sobre a mulher. Igualar o tempo na esperança que os homens serão maravilhosos não vai resolver. A mulher só vai trabalhar muitos anos a mais.

CAETANO: ‘CONGRESSO É SOBERANO’

Rosália Lemos, professora de Cultura Afro-brasileira e Educação em Direitos Humanos da IFRJ/Nilópolis e feminista negra, diz que a mudança será mais dramática para as mulheres negras.

— Elas estão ocupada em trabalhos de qualificação e remuneração menores e de risco maior. É um retrocesso nos direitos humanos das negras. Somos nós que sofremos mais no mercado. Ganhamos muito menos do que homem negro, homem branco e mulher branca.

A principal ocupação da mulher negra é o emprego doméstico, no qual a formalização é de cerca de 30%.



Ana Amélia Camarano. Entrevista com a organizadora do livro sobre os efeitos da redução da população a partir de 2050 (Foto: Fabio Rossi / Agência O Globo)

Ana Amélia Camarano, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), defende a igualdade desde que a transição seja suave. Ela afirma que as mulheres que se aposentam por idade contribuem em média por 18 anos. Se a reforma passar, terá que contribuir por mais sete anos. Já os homens terão que contribuir mais quatro anos em relação à média atual

de 21 anos:

— Sou a favor para as mulheres que não têm filhos. Hoje cresce o número de mulheres sem filhos.

A nossa taxa de fecundidade é de 1,7 filho por mulher. Para repor a população, a taxa tem que ser de 2,1 filhos.

— Tem que compensar o custo gerado pela reprodução, até para incentivar a natalidade. Sem jovens, não há previdência. Aí, não vai ter reforma que dê conta — afirma Ana Amélia.

O secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, reconhece que há desigualdades no mercado de trabalho, mas que “não vão se resolver por meio da aposentadoria”:

— A Previdência não é a solução.

O secretário esteve ontem na Fundação Getúlio Vargas (FGV) num debate sobre o tema e afirmou que o “governo vai se mais fiel possível à proposta enviada ao Congresso”. Sobre a declaração de deputados de que não será possível aprovar a proposta até junho, o secretário disse que o “Congresso é soberano”

Por Cássia Almeida

Colaborou Daiane Costa

**‘Mulheres custam mais à
Previdência porque vivem mais’,**

diz Caetano

Principal formulador da proposta de [reforma da Previdência](#) enviada ao Congresso, o economista Marcelo Caetano rebate as críticas de que o governo Temer vai “acabar” com o sistema público de aposentadorias no Brasil.

[\(Folha de S.Paulo, 11/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)

“O que estamos fazendo é desprivatizar a Previdência, para que alguns segmentos deixem de se apropriar de recursos públicos de forma privada. Uma aposentadoria de R\$ 30 mil não pode ser Previdência Social”, diz Caetano, que ocupa o cargo de secretário de Previdência no Ministério da Fazenda.

*

Folha - Com a reforma, o governo obriga quem quiser se aposentar mais cedo ou com benefício mais alto a recorrer à previdência privada?

Marcelo Caetano - Circula uma crítica de que estamos privatizando a Previdência Social. Essa reforma não dá nenhum incentivo tributário e não altera o volume de captação de recursos da previdência privada.

Será apenas ampliada a previdência complementar para servidores que ganham além do teto, de R\$ 5.189. O objetivo é que essa renda extra venha da poupança do próprio servidor.

Não entra na minha cabeça que uma aposentadoria de R\$ 20 mil ou até R\$ 30 mil seja considerada Previdência Social. Somente 5% dos trabalhadores privados brasileiros recebem salários superiores a R\$ 5.189 ao mês.

O que estamos fazendo, na verdade, é desprivatizar a Previdência, para que alguns segmentos deixem de se apropriar de recursos públicos de forma privada. Se algum servidor quiser ganhar mais, deve poupar mais.

Não são apenas os servidores que terão que poupar mais, mas toda a população. O brasileiro se aposenta muito cedo?

O padrão global exige uma idade mínima para aposentadoria. Nas Américas, somente dois países não adotam esse critério: Brasil e Equador.

Só que no Equador é preciso trabalhar por no mínimo 40 anos -seja homem, seja mulher. Aqui são 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Sem idade mínima, as mulheres, por exemplo, podem se aposentar aqui com 52 anos de idade e uma expectativa de sobrevida de 30 anos. O tempo de recebimento da aposentadoria é igual ou até maior que a contribuição. A conta não fecha.

A idade mínima de 65 anos já existe no Brasil. Grande parte dos trabalhadores de menor renda só se aposenta por idade, ou seja, com 65 anos e após 15 anos de contribuição.

A reforma eleva de 65 para 70 anos a idade mínima para que trabalhadores de baixa renda que nunca contribuíram para a Previdência tenham acesso a benefício assistencial. Os pobres estão sendo penalizados?

É preciso pensar na consistência de todo o regime previdenciário. Se você obtém um benefício sem contribuição, vai receber menos ou por menos tempo do aqueles que contribuíram, até para incentivar que mais pessoas participem do sistema.

Mas os muito pobres não contribuem porque em geral trabalham na informalidade. A Previdência não deveria contribuir para reduzir a desigualdade de renda no país?

O intuito da Previdência é repor renda. Não estou deixando de reconhecer a desigualdade no país, mas a Previdência Social não é uma política apropriada para resolver isso.

Hoje a mulher se aposenta antes do homem porque se encarrega da maior parte do serviço doméstico. A reforma da Previdência estabelece regras de transição diferentes, mas, depois disso, a idade mínima de aposentadoria será igual. O governo acredita que, em 15 ou 20 anos, as jornadas de trabalho de homens e mulheres serão iguais?

A Previdência não vai resolver o problema de gênero no Brasil nem nenhuma outra forma de discriminação. A mulher se aposentar antes que o homem é apenas um paliativo. O custo da mulher para a Previdência Social é maior que o do homem porque ela vive por mais tempo.

Do ponto de vista previdenciário, uma idade igual para se aposentar já é um subsídio para a mulher, porque o benefício será pago por mais tempo. Além disso, o diferencial salarial entre homens e mulheres ainda é alto, mas vem diminuindo e o menor intervalo está nas faixas etárias mais jovens. Existe uma tendência de redução dessas diferenças. A prática internacional de aposentadoria é igualar ou reduzir o diferencial de idade entre homens e mulheres.

As aposentadorias dos militares não são atingidas pela reforma, mas o governo disse que vai elaborar um projeto de lei sobre esse assunto. Quando isso deve ocorrer?

Não há prazo.

Os militares terão um sistema similar aos dos demais brasileiros, com idade mínima e maior tempo de contribuição?

Não tenho essa definição. Essa discussão ainda está em aberto.

Os políticos poderão definir suas regras de transição. Há risco de eles legislarem em causa própria?

O Brasil é uma Federação, e os Estados e os municípios estabeleceram regras próprias para a aposentadoria dos seus políticos.

Ainda que exista uma regra permanente -todos os políticos estarão no INSS a partir da publicação da emenda-, estou partindo de muitos pontos iniciais distintos.

Não é possível estabelecer as mesmas regras de transição todos. Essa engenharia é impossível.

A tramitação da reforma da promete ser complicada no Congresso. Quais pontos são inegociáveis para o governo?

Essa é uma pergunta que sempre me fazem. Por exemplo, tem que ter uma idade mínima de aposentadoria. A Previdência, no entanto, é uma grande engrenagem.

Precisamos compatibilizar fórmula de acesso, de cálculo, correção do benefício, pensões por morte. É como um quebra-cabeça. Se mexer numa peça, altera a outra.

Mas vivemos num ambiente democrático. Não é uma ditadura tecnocrática em que eu e minha equipe decidimos o que é melhor para o país.

O Executivo fez uma proposta baseada no que avalia que é tecnicamente melhor e agora o Legislativo fará uma discussão como em qualquer país democrático.

Se a reforma for aprovada como está, resolverá definitivamente o rombo da Previdência no Brasil?

No longuíssimo prazo, não sabemos o que vai acontecer, mas é possível ter uma estabilidade por 30 ou 40 anos. Se os deputados abrirem mão de alguns pontos ou se aprovarem uma contrarreforma daqui há alguns anos, tudo pode mudar. Fizemos alguns mecanismos para aliviar a imprevisibilidade, como ajustar a idade mínima de aposentadoria pela expectativa de vida da população [elevando-a de 65 para 67 anos até 2060]. Esse ponto é muito importante que seja mantido.

Se a reforma naufragar, há risco de colapso da Previdência?

Temos um deficit crescente. Em 2015, foi de R\$ 85 bilhões e pode atingir R\$ 180 bilhões no próximo ano.

Essa variação sofre um impacto do ciclo econômico, mas tem uma questão estrutural também, que é o envelhecimento da população.

Alguns Estados já estão atrasando e parcelando o pagamento dos aposentados. Isso mostra que a previdência não é mais um problema do futuro, mas do presente.

Raquel Landim